

## Projeto de Resolução n.º 78/XVI/1.<sup>a</sup>

### Pela proteção da península de Tróia e dos ecossistemas dunares entre Tróia e Melides e pela reabertura do Parque de Campismo da Galé

Há muitos anos que o areal entre Tróia e Melides é cobiçado por grandes empresas que procuram aproveitar a sua beleza natural para construir diversos empreendimentos turísticos de luxo. Este interesse remonta ao tempo do Estado Novo onde, nos anos 70, foram construídas as maiores piscinas da Europa na península da Tróia. Estas acabaram por ser destruídas, mas viu-se, a partir dos anos 90, o regresso dos investimentos de luxo a esta zona, investimentos estes que, infelizmente, vieram para ficar.

Nos anos 90, foi finalizada a urbanização Soltróia e seguiu-se o Tróia Resort poucos anos depois, ambos construídos na ponta da península da Tróia. A investidura empresarial nesta parte da península seria finalizada em 2012, com o surgimento do Pestana Tróia Ecoresort, mas apenas por pouco tempo. Entretanto, surgiram vários projetos turísticos a serem a serem construídos ao longo do areal entre Tróia e Melides, incidindo todos eles numa área de especial relevo ecológico, com uma rica fauna e flora que deve ser protegida.

A construção destes empreendimentos turísticos tem sido alvo de críticas da população e de associações ambientalistas, registando oposição por parte destas. Um destes empreendimentos é projeto turístico-imobiliário “Na Praia”, conjunto turístico a ser construído na península da Tróia. Como forma de travar a destruição das dunas de Tróia e parar a construção deste empreendimento, o Movimento Dunas Livres interpôs uma providência cautelar que foi liminarmente aceite pelo Tribunal Administrativo de Beja a 23 de fevereiro, que consequentemente obrigou a que estas obras suspendessem. Entretanto, o promotor deste projeto comunicou que os trabalhos irão retomar, pondo em risco cerca de 200 hectares que acolhem uma biodiversidade riquíssima. Esta

decisão tem o aval da Câmara Municipal, alegando o “interesse público” inerente à construção deste projeto e consequente destruição desta flora. É também importante sublinhar que o parecer dado pela Declaração de Impacte Ambiental foi recebido com algum choque por parte do Movimento Dunas Livres e pela população. Esta declaração reconhece que a totalidade das áreas intervencionadas (UNOP 7 e 8) “está ocupada por habitats naturais de interesse comunitário” e destaca a existência de espécies habitats com elevado valor de conservação. Apesar de condicionadas, as avaliações foram favoráveis, forçando o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a delimitar algumas zonas que não poderiam ser tocadas. No entanto, o Movimento Dunas Livres, que tem vindo a acompanhar a situação, reporta que estas “áreas a manter” poderão estar a ser destruídas. Foram impostas cerca de 180 medidas de mitigação, mas o recinto está vedado e guardado, pelo que se torna impossível perceber o que está a acontecer no local intervencionado. Para além disto, o ICNF detetou em 2022 que terá existido destruição ou desenraizamento de plantas. Esta prática é ilegal e foi alvo de processo de contraordenação, processo este que foi arquivado. À elevada biodiversidade que deve ser protegida e priorizada acrescentamos as circunstâncias em que estes negócios têm sido feitos. Sucede que as empresas Ferrado na Comporta I, II e III compraram as UNOP 7, 8 e 9 à Soltroia por 50 milhões cada. Apesar dos 150 milhões de euros gastos nestes três prédios rústicos, cada uma destas tem um capital social de 1 euro e foram criadas dois meses e meio antes desta compra.

Outro empreendimento turístico que continuará a destruição dos ecossistemas dunares de Troia prende-se com o investimento de 116 milhões de euros que será feito pela Coporgest na UNOP 3 da península. As críticas são as mesmas, a proliferação de empreendimentos turísticos de luxo nesta zona levará à destruição irreversível de um dos sistemas dunares mais importantes do país.

Mais um caso que tem ganho destaque na comunicação social prende-se com o investimento Costa Terra Golf & Ocean Club, em Melides. Este empreendimento, detido pela empresa americana Discovery Land, compreende 200 hectares para construção de

292 residências de luxo e um campo de golfe. Este caso já tinha ganho destaque em 2022, quando a associação de defesa do ambiente Proteger Grândola denunciou as obras na Praia da Aberta Nova, obras estas que poderão bloquear, na prática, o acesso a esta praia por parte dos populares, para não falar de todas as questões ambientais associadas a este tipo de intervenções. No último mês, este investimento voltou a estar debaixo dos holofotes da imprensa após a compra de um dos lotes disponíveis por uma atriz de renome internacional.

Para além dos investimentos supramencionados que incidirão sobre a paisagem natural que resta da península de Tróia, o Movimento Dunas Livres destaca também o planeamento de, pelo menos, cinco projetos turísticos a serem construídos ao longo dos ecossistemas dunares entre Tróia e Melides, estando quatro destes dentro da faixa costeira.

As consequências ambientais da contínua aposta na destruição dos ecossistemas dunares entre Tróia e Melides em detrimento da sua proteção são óbvias e têm sido evidenciadas ao longo desta exposição de motivos. Estas dunas contêm uma rica fauna e flora que se adaptou às características exclusivas deste ecossistema, sendo impossível a sua remoção e transferência. Para além disto, está em causa, inclusive, a sobrevivência de espécies protegidas pela Diretiva Habitats da Rede Natura 2000, tornando ainda mais gritante as pretensões empresariais acima descritas.

A acrescentar a estes factos, não nos podemos esquecer das alterações climáticas e consequente subida do nível médio das águas do mar. Esta subida vai levar, inevitavelmente, ao recuo da base da duna e da linha costeira, havendo um risco sério de galgamentos e inundações costeiras nas zonas acima descritas.

Infelizmente o cordão dunar entre Troia e Melides já foi danificado, mas ainda vamos a tempo de travar este caminho de destruição e garantir a proteção das zonas que não foram ainda intervencionadas. Relembramos que muitas destas áreas já fazem parte da

Rede Natura 2000 que deveria garantir a conservação da biodiversidade. No nosso entender, isto deveria ser suficiente para garantir a não aprovação destes empreendimentos, mas tal não se verificou. Por isso, torna-se necessário exigir que estas zonas sejam devidamente protegidas e que a construção de projetos turísticos de luxo seja travada.

À parte disto, uma das consequências directas do investimento Costa Terra Golf & Ocean Club, em Melides, foi o encerramento, em Setembro de 2021, do Parque de Campismo da Galé, um parque com muitos anos de história, que era um lugar por excelência de contacto com a natureza e pelo qual passaram (e criaram memórias) milhares de campistas e de caravanistas. Por isso mesmo, a presente iniciativa pretende que o Governo leve a cabo, em articulação com o município de Grândola, com a freguesia de Melides e os promotores imobiliários privados, esforços no sentido de assegurar a reabertura do Parque de Campismo da Galé a campistas e caravanistas ou à criação na freguesia de Melides de um espaço alternativo para o efeito.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que, em esteira articulação com O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o município de Grândola, com a freguesia de Melides e os promotores imobiliários privados:

1. Assegure a devida conservação e proteção dos habitats naturais existentes na península de Tróia e no cordão dunar entre Tróia e Melides;
2. Permita a intervenção nestas zonas apenas para esforços de conservação da natureza e dos ecossistemas dunares;
3. Assegure a preservação do direito de fruição e acesso público às praias entre Tróia e Melides, em detrimento da sua privatização; e
4. Leve a cabo esforços no sentido de assegurar a reabertura do Parque de Campismo da Galé a campistas e caravanistas ou à criação na freguesia de Melides de um espaço alternativo para o efeito.



Assembleia da República, Palácio de São Bento, 07 de Maio de 2024

A Deputada,

Inês de Sousa Real